


# PUBLICIDADE LEGAL

  
**PANATLÂNTICA**

**CNPJ 92.693.019/0001-89 • NIRE JUCISRS Nº 43.3.0000227-6 • COMPANHIA ABERTA • Código CVM 94**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, de forma presencial, no dia 28 de abril de 2026, às 10h, em sua sede social, na Rua Rudolfo Vontobel, 600, Distrito Industrial de Gravataí/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte


**Ordem do Dia**

1. Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Externa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2025;
2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31.12.2025;
3. Manter em 5 (cinco) o número de membros para compor o conselho de administração, reelegendo os seus respectivos;
4. Fixar a remuneração global dos administradores;

**Instruções Gerais:**

- i. Os documentos relacionados à Assembleia estão à disposição dos acionistas na sede da Companhia, em seu site de relações com investidores (<https://www.panatlantica.com.br/investidor/>), da Comissão de Valores Mobiliários ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)).
- ii. O acionista que desejar participar e votar fisicamente, para ter sua participação admitida na Assembleia, deverá observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante atualizado expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária.
- iii. Em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social, o acionista que desejar participar e votar fisicamente na Assembleia, por meio procurador, deverá depositar procuração na sede da Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia.
- iv. Companhia informa que o Conselho Fiscal não está em funcionamento. Assim, nos termos do art. 5º, inciso I-A, da Resolução CVM nº 81/22, bem como do art. 4º, da Resolução CVM nº 70/22, caso haja interesse em sua instalação, o percentual mínimo de participação para pedido de instalação do Conselho Fiscal, previsto no art. 161, §2º, da Lei nº 6.404/76, é de 2% (dois por cento) das ações ordinárias.
- v. É facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração, conforme o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76 e nas Instruções Normativas CVM 70/22 e 81/22.
- vi. A Companhia esclarece que, nos termos do art. 5, inciso III, da Resolução CVM nº 81/22, a Assembleia será realizada de forma presencial, observando o padrão adotado há anos e igualmente adotará o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância, Gravataí/RS, 06 de abril de 2026.

Raul Maselli - Presidente do Conselho de Administração



## Jornal do Comércio

### PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o  
QRCode  
abaixo e entre  
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: [COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR](mailto:COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR)

# PUBLICIDADE LEGAL

**BIANCHINI S/A INDÚSTRIA COMÉRCIO E AGRICULTURA**  
**CNPJ. 87.548.020/0001-80 – NIRE/JUCERGS 43300013715**  
**CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, às 10 horas do dia 17 de abril de 2026, na sede social, na rua Dos Andradas, 1121 - 10 andar, em Porto Alegre, RS, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA**: 1) – Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, com pareceres do Conselho Fiscal e dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/25. 2) – Destinação do lucro líquido do exercício e dos dividendos estatutários. 3) – Eleição da diretoria e fixação de sua remuneração.

Porto Alegre, 06 de abril de 2026  
**ARLINDO BIANCHINI**  
 Diretor Presidente

## Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Escaneie o  
 QRCode  
 abaixo e entre  
 em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

JC 92 ANOS



# PUBLICIDADE LEGAL

**Mega Negócios Imobiliários S/A**  
 CNPJ 87.819.306/0001-52 - NIRE 43 3 0001885 7  
**Convocação:** Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária à realizar-se às 15:00h do dia 24 de abril de 2026, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094A, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1) Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2025. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de Dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.  
 Caxias do Sul, 15 de março de 2026. A Diretoria.

## Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco na informação e **decida com confiança.**



**ENTRE EM CONTATO E ASSINE**

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

# PUBLICIDADE LEGAL

**COMERCIAL CESA S/A**

CNPJ 88.614.235/0001-14 - NIRE 43 3 0001455 0  
**Convocação:** Convocamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:30h, do dia 24 de abril de 2026, na sede social da Empresa sita à Rua Marechal Floriano 1094, em Caxias do Sul RS, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: l) Assembleia Geral Ordinária: a) Tomar as contas da Diretoria, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31.12.2025. b) Deliberar sobre a destinação do lucro e distribuição de dividendos. c) Outros assuntos de interesse social.  
 Caxias do Sul, 15 de março de 2026. A Diretoria.

Jornal do Comércio

## ANUNCIE NO JC

O ALCANCE QUALIFICADO QUE A SUA MARCA PRECISA



ENTRE EM CONTATO

WHATSAPP: (51) 3213-1342  
 EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR





# FAGUNDES CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO S.A.

CNPJ: 90.272.337/0001-40

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter-lhes à apreciação das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, disponíveis no endereço: <https://www.fagundes.com/site/>.

### BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	2025	2024	Passivo e patrimônio líquido	2025	2024
<b>Circulante</b>			<b>Circulante</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	277.672	92.845	Fornecedores (Nota 13)	50.304	46.170
Contas a receber de clientes (Nota 7)	438.334	335.733	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	397.048	358.500
Estoques (Nota 8)	43.289	39.236	Impostos e contribuições a recolher	13.488	14.427
Tributos a recuperar (Nota 9)	10.229	16.907	Obrigações trabalhistas	55.734	56.344
Outros Ativos	18.971	7.101	Partes Relacionadas (Nota 10 (b))	6.000	6.411
	<u>788.495</u>	<u>491.822</u>	Outros passivos	27.091	13.255
<b>Não circulante</b>			<b>Não circulante</b>		
Partes relacionadas (Nota 10 (b))	-	621	Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	525.961	450.074
Tributos a recuperar (Nota 9)	12.446	9.861	Provisões para contingências (Nota 15)	3.146	5.399
Depósitos judiciais (Nota 15)	3.864	3.416	Partes relacionadas (Nota 10 (b))	96.190	-
Outros ativos	-	647	Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)	182.121	169.627
	<u>16.310</u>	<u>14.545</u>		<u>807.418</u>	<u>625.100</u>
Imobilizado (Nota 11)	674.603	784.138		<u>1.357.083</u>	<u>1.120.207</u>
	<u>674.603</u>	<u>784.138</u>			
<b>Total do ativo</b>	<b>1.479.408</b>	<b>1.290.505</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>1.479.408</b>	<b>1.290.505</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em milhares de reais

	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2023</b>	49.181	223	6.485	85.419	-	141.308
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	38.021	38.021
Realização do custo atribuído	-	(104)	-	-	104	-
Destinação do lucro:						
Dividendos e Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	(9.030)	(9.030)
Constituição de reserva legal	-	-	1.901	-	(1.901)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	27.194	(27.194)	-
Integralização de Capital	50.819	-	-	(50.819)	-	-
<b>Em 31 de dezembro de 2024</b>	100.000	119	8.386	61.793	-	170.298
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	23.820	23.820
Destinação do lucro:						
Dividendos	-	-	-	(71.792)	-	(71.792)
Constituição de reserva legal	-	-	1.191	-	(1.191)	-
Constituição de reserva de lucros	-	-	-	22.629	(22.629)	-
<b>Em 31 de dezembro de 2025</b>	<u>100.000</u>	<u>119</u>	<u>9.577</u>	<u>12.629</u>	<u>-</u>	<u>122.325</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO

#### Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais: 1.1 Contexto operacional:** A Fagundes Construção e Mineração S.A. ("Companhia") foi constituída em 2 de maio de 1985, com sede localizada em Portão, RS - Brasil. A Companhia possui unidades estrategicamente localizadas em Cajati - SP com início de atividades em fevereiro de 2006, Araxá - MG com início de atividades em setembro de 2007, Catalão - GO com início de atividades em outubro de 2007, Rio Branco do Sul - PR com início de atividades em março de 2013, Itabirito - MG com início de atividades em dezembro de 2016, Serra do Salitre - MG com início de atividades em janeiro de 2018, Craibas - AL com início de atividades em dezembro de 2019, Paracatu - MG com início de atividades em dezembro de 2019, Itagiba - BA com início de atividades em janeiro de 2021. Em 2022 a companhia iniciou atividades nas cidades de Tucumã - PA, Itinga-MG e Campo Alegre de Lourdes - BA. Em 2023 a companhia iniciou atividades na cidade de Conceição do Araguaia-PA. Em 2025 a companhia iniciou investimento na cidade de Buiá-RS, Vidal Ramos - SC e Irecê-BA. Tem como objeto social a prestação de serviços de terraplenagem, pavimentação, saneamento, serviços de construção civil em geral, perfurações, desmontes, escavação e remoção de terras em terrenos urbanos e rurais, transporte de cargas em geral por via rodoviária com caminhões, comércio de materiais de construção, atividade agropecuária, incorporação de imóveis e compra e venda de imóveis próprios. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 31 de março de 2026. **2. Resumo das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras considerando o custo histórico como base de valor e ajustada para refletir o custo atribuído do ativo imobilizado e propriedades para investimento mensuradas ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação de suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3. **(a) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A companhia avaliou as novas normas contábeis que entraram em vigência no ano de 2025 e não foram identificados impactos que influenciam nas suas operações ou em suas demonstrações financeiras. **2.2 Conversão de moeda estrangeira: Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do 31 principal ambiente econômico em que atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros: 2.4.1 Classificação:** Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado). • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que tenham sido transferidos, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 Impairment de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros. Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos ("evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. A Companhia avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; (v) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável

nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurada como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.5 Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros. **2.6 Estoques:** Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço de compra estimado para o curso normal dos negócios, acrescidos dos custos e despesas de compra. **2.7 Imobilizado:** O imobilizado compreende principalmente edificações, veículos, máquinas e equipamentos e está mensurado pelo seu custo histórico menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Anos

Edificações	80
Instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios e aeronaves	10
Veículos	5
Equipamentos de informática	3
Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.8). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas operacionais" na demonstração do resultado. <b>2.8 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:</b> O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. <b>2.9 Arrendamento mercantil:</b> Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais (líquidos de todo o incentivo recebido do arrendador) são apropriados ao resultado pelo método linear ao longo do período do arrendamento. A Companhia não possui operações de arrendamentos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. <b>2.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:</b> As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda em relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de ren-	

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2025	2024
<b>Receita líquida (Nota 17)</b>	1.314.718	1.250.852
Custo dos serviços prestados (Nota 18)	(1.116.590)	(1.069.033)
<b>Lucro bruto</b>	<b>198.128</b>	<b>181.819</b>
Despesas gerais e administrativas (Nota 18)	(67.339)	(57.651)
Despesas com vendas (Nota 18)	(264)	(240)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 19)	7.484	47.196
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>138.009</b>	<b>171.124</b>
Receitas financeiras	3.565	15.223
Despesas financeiras	(105.260)	(133.945)
<b>Resultado financeiro, líquido (Nota 20)</b>	<b>(101.695)</b>	<b>(118.722)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>36.314</b>	<b>52.402</b>
Imposto de renda e contribuição social (Nota 21)	(12.494)	(14.381)
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.820</b>	<b>38.021</b>
<b>Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$ por ação) (Nota 16 (e))</b>	<b>0,1695</b>	<b>0,2706</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>23.820</b>	<b>38.021</b>
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>23.820</b>	<b>38.021</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

da e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.11 Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente. **2.12 Provisões:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.13 Empréstimos, financiamentos e debêntures:** Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos, financiamentos e debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.14 Reconhecimento de receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas de produtos e a prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita conforme determina o CPC 47 e são registradas quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda ou serviço a ser prestado. **(a) Prestação de serviços:** A receita de prestação de serviço é reconhecida, conforme preço previsto contratualmente, normalmente por tonelada ou metros cúbicos, tendo como base a evolução de execução dos serviços realizados até a data-base do balanço, por meio de boletim de medição, na medida em que todos os custos relacionados aos serviços possam ser mensurados confiavelmente. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva e reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **(c) Receita com venda de ativo imobilizado:** A receita compreende o valor faturado ou controlado pela venda, principalmente de veículos e máquinas, reconhecida quando o controle da propriedade é transferido para o comprador. **2.15 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas informações financeiras e notas foram arredondados para a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. No mês de maio de 2024, diversas regiões do Estado do Rio Grande do Sul foram severamente atingidas por enchentes de grande magnitude, causando impactos econômicos e sociais significativos. Com a gravidade desses eventos, a administração da Companhia informa que duas unidades operacionais foram afetadas por tais enchentes. Tratam-se de movimentações de terras em minas a céu aberto, as quais ficaram totalmente alagadas durante a inundações no Estado do Rio Grande do Sul. Mesmo com o retorno dos rios e lagos aos seus níveis "normais", as minas continuaram alagadas, impedindo a execução de quaisquer atividades pelo prazo de 80 (oitenta) dias, ocorrendo apenas danos na operação (produção). Nestas atividades, a FAGUNDES informa que não promoveu um único desligamento de seus colaboradores originado das dificuldades enfrentadas na execução de suas obras no Rio Grande do Sul. Os contratos permaneceram ativos e as metas de produção ajustadas no decorrer do período do mesmo contrato. Ressaltamos que a companhia continua monitorando possíveis impactos indiretos decorrentes de tais eventos climáticos, permanecendo comprometida com a avaliação contínua de riscos e com a transparência na divulgação de informações relevantes aos seus acionistas e demais partes interessadas. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um

### DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	2025	2024
--	------	------

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2025	2024
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>36.314</b>	<b>52.402</b>
<b>Ajustes</b>		
Depreciação (Nota 11)	151.057	181.812
Provisão (reversão) para contingências (Nota 15)	(2.253)	4.181
Ganho na venda de ativo imobilizado (Notas 11 e 19)	(4.274)	(31.909)
Provisão de juros de empréstimos e financiamentos (Nota 14)	104.005	118.016
	<u>284.849</u>	<u>324.502</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Redução (aumento) no contas a receber (Nota 7)	(102.601)	6.012
Redução (aumento) nos estoques (Nota 8)	(4.053)	(509)
Redução (aumento) de tributos a recuperar (Nota 9)	4.093	3.682
Redução (aumento) de depósitos judiciais	(448)	(552)
Redução (aumento) de outros ativos	(11.223)	6.201
Aumento (redução) de fornecedores (Nota 13)	4.134	(4.943)
Aumento (redução) de impostos a pagar	(939)	671
Aumento (redução) de outros passivos	13.225	(15.118)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>187.037</b>	<b>319.946</b>
Juros sobre empréstimos e financiamentos pagos (Nota 14)	(93.505)	(117.157)
<b>Caixa líquido, provenientes das atividades operacionais</b>	<b>93.532</b>	<b>202.789</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado (Nota 11)	(58.292)	(238.004)
Valor recebido na venda de imobilizado (Nota 19)	21.044	69.718
<b>Caixa líquido aplicado das atividades de investimento</b>	<b>(37.248)</b>	<b>(168.286)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização de empréstimos (Nota 14)	(291.138)	(310.558)
Amortização de empréstimos Debêntures (Nota 14)	(4.450)	(4.588)
Ingressos de empréstimos (Nota 14)	400.252	190.429
Dividendos pagos antecipadamente e juros sobre o capital próprio pagos	(3.911)	(5.729)
Pagamentos Juros sobre Debêntures (Nota 14)	(729)	(1.156)
Partes relacionadas (Nota 10 (b))	28.519	(699)
<b>Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento</b>	<b>128.543</b>	<b>(132.301)</b>
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>184.827</b>	<b>(97.798)</b>
	<u>92.845</u>	<u>190.643</u>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>277.672</b>	<b>92.845</b>
	<u>184.827</u>	<u>(97.798)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir: **(a) Determinação das vidas úteis dos ativos imobilizados:** As vidas úteis dos imobilizados foram determinadas através de laudos de avaliações e são revisadas anualmente pela Companhia. Todos os possíveis impactos das revisões das vidas úteis são reconhecidos sempre prospectivamente nas demonstrações financeiras da Companhia. **3.2 Julgamentos contábeis críticos: (a) Reconhecimento de receita:** A Companhia reconhece a receita de acordo com a execução dos serviços prestados. O critério adotado para reconhecimento da receita é a data em que a medição é efetuada, levando-se em consideração a última medição realizada para emissão da nota fiscal e com a anuência do cliente. Para a receita que distingue do período em que é emitida a nota fiscal, constitui-se uma provisão no ativo para recebimento de receitas em períodos futuros (receita a faturar). A Companhia reduz da receita bruta no encerramento do exercício os seus respectivos impostos sobre os serviços prestados, bem como os descontos concedidos em contratos, demonstrando desta forma a receita líquida auferida no período. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1 Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de riscos da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, segundo as políticas aprovadas pela diretoria. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. A diretoria estabelece princípios para a gestão de riscos, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de taxa de juros:** Os resultados da Companhia são suscetíveis a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas. **(b) Risco de crédito:** A concentração das



# FAGUNDES CONSTRUÇÃO E MINERAÇÃO S.A.

CNPJ: 90.272.337/0001-40

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

podem ser assim sumariados:

	2025	2024
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 14)	923.009	808.574
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(277.672)	(92.845)
Divida líquida	645.337	715.729
Patrimônio líquido	122.325	171.724
Capital total	767.662	887.453
Índice de alavancagem financeira - %	84,07	80,65

**5. Instrumentos financeiros:**

	2025	2024
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalente de caixa (Nota 6)	277.672	92.845
Contas a receber (Nota 7)	438.334	335.733
Outros ativos	18.971	7.748
	<u>734.977</u>	<u>436.326</u>

Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado

	2025	2024
Empréstimos e financiamentos (Nota 14)	923.009	808.574
Fornecedores (Nota 13)	27.091	13.255
Outros passivos	1.000.404	867.993
	<u>1.950.504</u>	<u>1.689.822</u>

**6. Caixa e equivalentes de caixa:**

	2025	2024
Caixa	159	94
Depósitos bancários em conta corrente	354	3.512
Depósitos bancários (*)	277.158	89.239
	<u>277.672</u>	<u>92.845</u>

(\*) Os depósitos bancários referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs) remuneradas a taxas de aproximadamente 99,12% do CDI. (2024 - 97,60%)

**7. Contas a receber de clientes:**

	2025	2024
Contas a receber da prestação de serviços	436.975	331.864
Contas a receber pela venda de imobilizado	1.359	3.869
	<u>438.334</u>	<u>335.733</u>

Na avaliação da administração, considerando que as contas a receber já estão registradas pelas eventuais perdas nas realizações que foram devidamente registradas através da análise de *impairment*, não há diferenças relevantes entre os valores contábeis e os valores justos. Os vencimentos dessas contas a receber são como seguem:

	2025	2024
A vencer		
Até um mês	353.236	269.750
Vencidos	-	-
Até 180 dias	72.043	52.647
Há mais de 180 dias	13.055	13.336
	<u>438.334</u>	<u>335.733</u>

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2025, contas a receber de clientes, no valor de R\$ 85.098 (2024 - R\$ 65.983) respectivamente, que se encontram vencidas, mas não há nenhuma evidência objetiva de perda por *impairment*. Não existem ônus ou gravames sobre esses saldos de contas a receber. (\*) O projeto do cliente Araguaia Níquel Metais encontra-se suspenso, aguardando aporte dos investidores estrangeiros. Com a retomada das operações, já há sinalização do cliente de que serão reiniciadas as nossas atividades. Não havendo valores a serem reconhecidos como perdas.

**11. Imobilizado:**

Imobilizado	Construções		Máquinas e Equipamentos		Equipamentos e processamento de dados		Móveis e Utensílios		Imobilizado total
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	
Saldo em 31 de Dezembro de 2023	6.905	7.890	21.921	21.921	1.824	1.824	4.717	4.717	765.755
Custo Total	7.349	12.026	33.121	33.121	5.012	5.012	8.853	8.853	1.351.253
Depreciação Acumulada	(444)	(4.136)	(11.200)	(11.200)	(3.188)	(3.188)	(4.136)	(4.136)	(585.498)
Valor Residual	6.905	7.890	21.921	21.921	1.824	1.824	4.717	4.717	765.755
Custo Total	7.349	12.026	33.121	33.121	5.012	5.012	8.853	8.853	1.351.253
Depreciação Acumulada	(444)	(4.136)	(11.200)	(11.200)	(3.188)	(3.188)	(4.136)	(4.136)	(585.498)
Valor Residual	6.905	7.890	21.921	21.921	1.824	1.824	4.717	4.717	765.755
Aquisições	-	2.325	1.117	232.744	790	1.028	1.028	238.004	37.809
Alienações	-	-	-	(37.809)	-	-	-	(37.809)	-
Depreciações	(92)	(1.168)	(3.135)	(176.011)	(733)	(673)	(181.812)	(181.812)	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	6.813	9.047	19.903	741.422	1.881	5.072	784.138	5.072	784.138
Custo Total	7.349	14.352	34.238	1.407.778	5.802	9.881	1.479.400	9.881	1.479.400
Depreciação Acumulada	(536)	(5.305)	(14.335)	(666.356)	(3.921)	(4.809)	(695.262)	(4.809)	(695.262)
Valor Residual	6.813	9.047	19.903	741.422	1.881	5.072	784.138	5.072	784.138
Aquisições	-	1.231	151	55.845	517	548	58.292	517	58.292
Alienações	-	-	-	(16.770)	-	-	(16.770)	-	(16.770)
Depreciações	(92)	(1.335)	(3.184)	(145.032)	(673)	(741)	(151.507)	(741)	(151.507)
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	6.721	8.943	16.870	635.465	1.725	4.879	674.603	4.879	674.603
Custo Total	7.349	15.583	34.389	1.414.023	6.319	10.429	1.488.092	10.429	1.488.092
Depreciação Acumulada	(628)	(6.640)	(17.519)	(778.558)	(4.594)	(5.550)	(813.489)	(5.550)	(813.489)
Valor Residual	6.721	8.943	16.870	635.465	1.725	4.879	674.603	4.879	674.603

Do total do imobilizado em 31 de dezembro de 2025, R\$ 695.987 (2024 - R\$ 747.455) estavam garantindo operações de empréstimos e financiamentos, conforme menciona a Nota 14. **12. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, bem como sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis registrados em suas demonstrações financeiras. Tais diferenças são reconhecidas em balanço quando são prováveis as suas realizações. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. A composição dos saldos é a seguinte:

	2025	2024
Passivo de imposto de renda diferido		
Custo atribuído	62	61
Impostos diferidos sobre receita	62.342	29.311
Diferimento entre depreciação societária e fiscal	154.503	154.339
	<u>216.907</u>	<u>183.711</u>
Ativo de imposto de renda		
Provisão para contingências	(1.605)	(2.778)
Prejuízos fiscais e base negativa	(33.181)	(11.306)
	<u>(34.786)</u>	<u>(14.084)</u>
Total líquido	<u>182.121</u>	<u>169.627</u>

**8. Estoques:**

	2025	2024
Estoque de peças de reposição, material de consumo e manutenção	39.597	37.769
Importações em andamento	3.691	1.467
	<u>43.288</u>	<u>39.236</u>

Não existem ônus ou gravames sobre os saldos de estoques.

**9. Tributos a recuperar:**

	2025	2024
INSS a compensar	3.377	3.446
IRPJ e CSLL a recuperar	3.575	3.323
PIS e COFINS a compensar	3.277	10.136
	<u>10.229</u>	<u>16.907</u>

**10. Transações com partes relacionadas:** As seguintes transações foram conduzidas com partes relacionadas: **(a) Remuneração do pessoal-chave da administração:** O pessoal-chave da administração inclui os gerentes e diretores. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por serviços de empregados, está apresentada a seguir:

	2025	2024
Salários e encargos	10.637	8.719
Honorários da diretoria	313	295
	<u>10.950</u>	<u>9.014</u>

**(b) Empréstimos de partes relacionadas:** As operações de empréstimos para partes relacionadas possuem prazos de vencimento indeterminados e sem incidência de juros e encargos financeiros. Em dezembro de 2025 e 2024 as operações de empréstimos para partes relacionadas são a acionistas.

	2025	2024
Ativo		
Saldo inicial em 01 de janeiro	621	26
Empréstimos a receber de partes relacionadas (Pedreira Caxiense Ltda.)	6	6
Amortizações	(12)	-
Empréstimos a receber de partes relacionadas (JF Construção e Mineração)	21	-
Amortizações	(21)	(304)
Empréstimos a receber de partes relacionadas (acionistas pessoas físicas)	-	615
Amortizações	(615)	-
Saldo final em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>621</u>

Passivo

	2025	2024
Saldo inicial em 01 de janeiro	6.411	3.213
Amortizações	(621)	(70)
Empréstimos a pagar para partes relacionadas (acionistas pessoas físicas)	28.519	(34)
Dividendos Propostos - CP	6.000	9.030
Dividendos Propostos - LP	65.792	-
Dividendos Pagos 2024 e 2025	(3.911)	(3.612)
Juros s/ Capital Próprio Pagos 2024	-	(2.116)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>102.190</u>	<u>6.411</u>

As operações de empréstimos para partes relacionadas possuem prazos de vencimento indeterminados e sem incidência de juros e encargos financeiros. Em dezembro de 2025 e 2024 as operações de empréstimos para partes relacionadas são a acionistas.

A Companhia informa que não realiza operações estruturadas de risco sacado, tampouco mantém contratos com instituições financeiras que caracterizem antecipação de pagamentos a fornecedores.

**14. Empréstimos e financiamentos: Encargos**

% a.a.	2025	2024
Circulante		
FINAME (i)	7,81	154.275
CDC (ii)	5,72	-
Debêntures (iv)	13,05	1.532
Capital de giro	10,99	241.241
	<u>397.048</u>	<u>358.500</u>

Não circulante

	2025	2024
FINAME (i)	7,81	41.123
Debêntures (iii)	13,05	-
Capital de giro	10,99	484.838
	<u>525.961</u>	<u>450.074</u>
	<u>923.009</u>	<u>808.574</u>

(i) FINAME é uma operação de financiamento, por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional. (ii) CDC - Crédito de direito ao consumidor, trata-se de uma operação de crédito concedida para aquisição de bens. (iii) A companhia emitiu R\$ 120 milhões divididos em 120.000 quotas com valor nominal de R\$ 1.000 cada em 1º de Abril de 2021, com data de vencimento final para 31 de março de 2026. As debêntures incluem opção de resgate pelo emissor, a partir de 1º de janeiro de 2021 e pagam juros anuais de CDI mais 3,40% a.a. Os contratos de empréstimos que possuem cláusulas restritivas de venda de ativos alienados ou dados em garantia são monitorados periodicamente pela administração e estão sendo cumpridas em 31 de dezembro de 2025. O total dos empréstimos inclui obrigações e garantias, como a seguir:

	2025	2024
Empréstimos a receber de partes relacionadas (Pedreira Caxiense Ltda.)	6	6
Empréstimos a receber de partes relacionadas (JF Construção e Mineração)	21	-
Amortizações	(21)	(304)
Empréstimos a receber de partes relacionadas (acionistas pessoas físicas)	-	615
Amortizações	(615)	-
Saldo final em 31 de dezembro	<u>-</u>	<u>621</u>

Imobilizado hipotecado (valor líquido)

	2025	2024
	695.987	747.455
	<u>695.987</u>	<u>747.455</u>

O total dos empréstimos inclui obrigações garantidas (bancárias e empréstimos garantidos) de R\$ 695.987 (2024 - R\$ 747.455). Os empréstimos bancários são garantidos pelos veículos da companhia (Nota 11). O total dos empréstimos encontra-se registrado a valor presente na data do encerramento do balanço. Os montantes ao longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2025	2024
2026	-	338.191
2027	255.105	86.595
2028	117.719	25.288
2029	86.054	-
2030	67.083	-
	<u>525.961</u>	<u>450.074</u>

**(a) Reconciliação da dívida líquida**

	2025	2024
Saldo inicial de empréstimos	808.574	933.588
(+) Adições	400.252	190.429
(+) Atualizações	103.276	116.860
(+) Atualizações Debêntures	729	1.156
(-) Amortizações e pagamentos de juros	(384.643)	(427.715)
(-) Amortizações e pagamento de juros das Debêntures	(5.179)	(5.744)
Saldo final de empréstimos e debêntures	923.009	808.574
Caixa e equivalentes de caixa	(277.672)	(92.845)
Divida líquida	<u>645.337</u>	<u>715.729</u>

**15. Provisões para contingências:** A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A administração, com base na opinião de assessores jurídicos, faz análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas. A Companhia é parte de ações de natureza trabalhistas, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como prováveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, conforme composição e estimativa a seguir, líquida de depósitos judiciais relacionados:

	2025	2024
Saldo inicial de provisões	3.344	3.344
Provisões adicionais	10.555	10.555
Baixas	(5.726)	(5.726)
	8.173	8.173
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(2.774)	(2.774)
Provisões adicionais	5.399	5.399
Baixas	(6.481)	(6.481)
	9.311	9.311
Saldo em 31 de dezembro de 2025	4.722	4.722
Provisões adicionais	(1.576)	(1.576)
Baixas	(3.146)	(3.146)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui ações de natureza trabalhista e tributárias, envolvendo riscos de perda classificadas pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, no valor de R\$ 43.760 em 2025 (R\$ 31.824 em 2024), para as quais não há provisão constituída. Para contingenciar estes riscos a Companhia já efetuou depósitos judiciais às partes envolvidas no valor de R\$ 3.864 em 2025 (R\$ 3.416 em 2024). **16. Patrimônio líquido: (a) Capital social e destinação dos lucros:** O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 100.000 e 2024 é de R\$ 100.000, as ações da Companhia estão divididas em 140.516.056 ações nominais ao portador.

	2025	2024
Capital social inicial	100.000	49.181
Integralização capital social	-	50.819
Capital social integralizado após aumento.	<u>100.000</u>	<u>100.000</u>
Em 17 de julho de 2024 a Companhia promoveu o aumento do capital social com a integralização da reserva de lucros existente no valor de R\$ 50.819. <b>(b) Ajuste avaliação patrimonial:</b> Efetuado em 1º de janeiro de 2009 com base na adoção do custo atribuído, considerando posteriormente os efeitos de depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens, que é transferida para lucros acumulados, líquida dos efeitos tributários.		
	<u>119</u>	<u>223</u>
Ajuste de avaliação patrimonial	-	(104)
(-) Ajuste de avaliação patrimonial cindido	-	(104)
Ajuste de avaliação patrimonial após cisão	<u>119</u>	<u>119</u>

**(c) Reserva legal:** A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

**(d) Lucros acumulados**

	2025	2024
Saldo inicial em 31 de dezembro		
Lucro líquido do exercício	23.820	38.021
Transferência para reserva legal	(1.191)	(1.901)
Transferência para reserva de lucros	(22.629)	(27.194)
Transferência para Ajuste Avaliação Patrimonial	-	104
Distribuição de Lucros	-	(9.030)
Saldo final em 31 de dezembro	<u>23.820</u>	<u>38.021</u>

**(e) Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações ordinárias emitidas.

	2025	2024
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	23.820	38.021
Quantidade		

# PUBLICIDADE LEGAL

## UNICASA INDÚSTRIA DE MÓVEIS S.A.

CNPJ/MF nº 90.441.460/0001-48 - NIRE 43.300.044.513-RS

### Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam os senhores acionistas da **Unicasa Indústria de Móveis S.A.** ("Companhia" ou "Unicasa") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2026, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams ("Sistema Eletrônico" ou "Plataforma Digital") ("AGO" ou "Assembleia"), com a finalidade de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 2) A destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 3) Definir o número de membros do Conselho de Administração a serem eleitos, observado o limite estatutário; 4) Eleger os membros do Conselho de Administração para um mandato de dois anos e designar aqueles que ocuparão as funções de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; 5) A caracterização dos membros independentes do Conselho de Administração; e 6) Fixar a remuneração global dos Administradores para o exercício social de 2026. **Informações Gerais:** A Companhia informa que a AGO será realizada de modo exclusivamente digital, nos termos do artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), podendo os acionistas participarem e votarem por meio (i) do sistema eletrônico a ser disponibilizado pela Companhia, conforme as orientações constantes abaixo neste Edital e na Proposta da Administração (abaixo definido); ou (ii) exercer o direito de voto mediante uso do boletim de voto a distância ("Boletim de Voto"), de acordo com a Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22" ou "RCVM 81/22"), sendo que para o Boletim de Voto produzir efeitos este deverá ser recebido (nas formas indicadas abaixo e constantes na Proposta da Administração) pela Companhia até **25 de abril de 2026 (inclusive)**, ou seja 4 (quatro) dias antes da Assembleia. O acionista, que desejar, poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da referida Resolução CVM 81/22, enviando o correspondente Boletim de Voto por meio de seu respectivo agente de custódia, do depositário central, da instituição financeira responsável pela escrituração das ações ordinárias da Companhia ("Escriturador") ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes neste Edital e na proposta da administração e nas orientações para participação na AGO da Unicasa ("Proposta da Administração" e "Manual de Participação", respectivamente) até a data de **25 de abril de 2026 (inclusive)**. Se os Boletins de Voto forem recebidos após o dia 25 de abril de 2026, os votos não serão computados. Conforme disposto no artigo 6º, §3º, da Resolução CVM 81/22, os acionistas que pretendam participar e votar na AGO por meio do Sistema Eletrônico (e sem a utilização do boletim de voto a distância), deverão enviar solicitação à Companhia, juntamente com a prova de sua qualidade como acionista, documento de identidade e comprovante expedido pela instituição depositária contendo a respectiva participação acionária, pelo e-mail [dri@unicasamoveis.com.br](mailto:dri@unicasamoveis.com.br), até às 17:00 horas do dia **27 de abril de 2026**. Os acionistas representados por procuradores deverão exibir as procurações até o mesmo momento e, pelo mesmo meio antes referido. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá, até às 17h do dia **28 de abril de 2026** impreterivelmente, seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Caso o acionista não receba um e-mail com a confirmação do cadastro ou do upload dos documentos obrigatórios em até 24 horas após o envio - exceto nos cadastros realizados aos finais de semana, quando a confirmação será verificada no dia útil seguinte - , o acionista deverá entrar em contato com o departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio de endereço de e-mail [dri@unicasamoveis.com.br](mailto:dri@unicasamoveis.com.br) com até 24 horas de antecedência da AGO (ie., até às 10:00hrs do dia **28 de abril de 2026**). **Não poderão participar da AGO os acionistas que não se cadastrarem ou não enviarem os documentos obrigatórios para sua participação na AGO até às 10:00hrs do dia 28 de abril de 2026.** Informações detalhadas sobre a participação do acionista diretamente, por seu representante legal ou procurador devidamente constituído, bem como as regras e procedimentos para participação e/ou votação a distância na AGO, inclusive orientações para envio do(s) Boletim(ns) de Voto e ainda, orientações sobre acesso à Plataforma Digital e regras de conduta a serem adotadas na Assembleia constam da Proposta da Administração e no Manual de Participação. **Em cumprimento ao previsto no artigo 161, §2º da Lei das S.A., em conjunto com a RCVM 81/22 e artigo 4º da Resolução CVM 70/22, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante da Companhia, necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal, é de 4% (quatro por cento) do capital social votante da Companhia. Ademais, em cumprimento ao artigo 5º, I, da RCVM 81/22, ao artigo 3º da Resolução CVM 70/22 e para os fins do artigo 141 da Lei das S.A., informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante da Companhia necessário para requisição do processo de voto múltiplo para eleição do Conselho de Administração da Companhia é de 5% (cinco por cento).** A Proposta da Administração e o Manual de Participação na AGO, nos termos previstos na Resolução CVM 81/22, os documentos a ela relativos estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos websites da CVM - Comissão de Valores Mobiliários (<http://www.cvm.gov.br>), da B3 - Brasil, Bolsa, Balcão (<http://www.b3.com.br>), e de Relações com Investidores da Unicasa (<http://ri.unicasamoveis.com.br>), sendo certo que caso os acionistas tenham quaisquer dúvidas em relação aos procedimentos para participação na AGO virtual estes devem entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores da Companhia por meio do e-mail [dri@unicasamoveis.com.br](mailto:dri@unicasamoveis.com.br) ou do telefone 54 3455 4425. Bento Gonçalves, RS, 30 de março de 2026. **Gelson Luís Rostrolla** - Presidente do Conselho de Administração.

Foco  
no que  
realmente  
importa.

ASSINE AGORA



**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL

**MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. - Companhia Aberta - CNPJ Nº 12.181.987/0001-77 NIRE 43.300.052.885 - ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 30 DE MARÇO DE 2026 - 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada no dia 30 de março de 2026, às 10h, na sede social da MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Carlos Trein Filho, nº 551, Auxiliadora, Porto Alegre/RS, CEP 90450-120, Município de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, com participação dos membros do Conselho de Administração por meio da ferramenta eletrônica de videoconferência Microsoft Teams, moderada pela Companhia. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Artigo 20, parágrafo 1º, do Estatuto Social da Companhia. **3. COMPOSIÇÃO DA MESA:** A presente Reunião do Conselho de Administração foi presidida pelo Sr. Milton Melnick e secretariada pelo Sr. Alberto Flores Rosa. **4. ORDEM DO DIA:** Examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a realização, pela Companhia, de sua 2ª (segunda) emissão de notas comerciais escriturais, sem garantia real ou fidejussória, em até 2 (duas) séries, para colocação junto à VERT COMPANHIA SECURITIZADORA, sociedade por ações com registro de companhia securitizadora na categoria S2 perante a CVM, sob o nº 680, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Cardeal Arcoverde, nº 2.365, 11º andar, Pinheiros, CEP 05407-003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 25.005.683/0001-09 ("Securitizadora" e "Emissão", respectivamente), nos termos do "Termo de Emissão da 2ª (Segunda) Emissão de Notas Comerciais Escriturais, Sem Garantia Real ou Fidejussória, em até 2 (Duas) Séries, para Colocação Privada, da Melnick Desenvolvimento Imobiliário S.A.", a ser celebrado entre a Companhia e a Securitizadora, cujas principais características encontram-se descritas no Anexo I à presente ata ("Notas Comerciais" e "Termo de Emissão", respectivamente), as quais serão vinculadas à operação de securitização de créditos imobiliários ("Operação de Securitização") consubstanciada na emissão de certificados de recebíveis imobiliários pela Securitizadora ("CRI") lastreados nas Notas Comerciais, nos termos da Lei nº 14.430, de 3 de agosto de 2022, conforme alterada ("Lei 14.430") e da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), sendo certo que os CRI serão objeto de oferta pública de distribuição no mercado de capitais brasileiro, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Operação", "Oferta" e "Resolução CVM 160", respectivamente), com a intermediação de determinada instituição autorizada como distribuidora de valores mobiliários ("Coordenador Líder"); (ii) a autorização à Diretoria da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos das Notas Comerciais, dos CRI e da Oferta, bem como a praticar todo e qualquer ato, inclusive, mas não se limitando, a contratação do Coordenador Líder, da Securitizadora e dos demais prestadores de serviço para implementação da Emissão, da emissão dos CRI e para realização da Oferta, celebrar quaisquer contratos e/ou instrumentos necessários à constituição, formalização e operacionalização da Emissão, da Operação de Securitização e da Oferta ("Documentos da Operação de Securitização"), inclusive eventuais aditamentos aos Documentos da Operação de Securitização; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, relacionados à Emissão, à Operação de Securitização e à Oferta. **5. DELIBERAÇÕES:** Instalada a reunião, os membros do Conselho de Administração autorizaram a lavratura e publicação, se for o caso, da presente ata em forma de sumário e sem anexos, bem como sua publicação e arquivamento com a omissão das assinaturas da totalidade dos presentes. Prestados os esclarecimentos necessários, após análise dos documentos referentes às matérias constantes na Ordem do Dia acima, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade, sem quaisquer ressalvas, votaram e deliberaram ao quanto segue: (i) aprovaram a realização, pela Companhia, da emissão das Notas Comerciais, cujas principais características e condições encontram-se previstas no Anexo I à presente ata, bem como a vinculação das Notas Comerciais à Operação de Securitização e a realização da Oferta; (ii) autorizaram a Diretoria da Companhia e/ou seus representantes legais, conforme o caso, para negociar e definir os termos e condições específicos das Notas Comerciais, dos CRI e da Oferta, bem como a praticar todo e qualquer ato, inclusive, mas não se limitando, a contratação do Coordenador Líder, da Securitizadora e dos demais prestadores de serviço para a implementação da Emissão, da emissão dos CRI e para realização da Oferta, celebrar os Documentos da Operação de Securitização, inclusive eventuais aditamentos; e (iii) ratificaram todos os atos já praticados pela diretoria da Companhia, ou por seus procuradores, relacionados à Emissão, à Operação de Securitização e à Oferta. **6. ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos e nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, lida e aprovada pelos membros do Conselho de Administração, que assinaram em livro próprio. **Mesa:** Milton Melnick – Presidente; Alberto Flores Rosa – Secretário. **Conselho de Administração:** Milton Melnick, Leandro Melnick, Cesar Chicayban Neto, Maria Luiza dos Anjos Oliveira, Matheus Gasparotto Candido e Rodrigo Seara Cassol. Porto Alegre - RS, 30 de março de 2026. **Mesa:** Milton Melnick - Presidente; Alberto Flores Rosa - Secretário. **ANEXO I - CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS DAS NOTAS COMERCIAIS** - As principais características das Notas Comerciais estão descritas abaixo, sendo que demais informações relativas à Emissão constarão no Termo de Emissão: (i) **Número da Emissão:** 2ª (segunda); (ii) **Valor Nominal Unitário:** R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (conforme abaixo definida) ("Valor Nominal Unitário"); (iii) **Quantidade de Notas Comerciais:** serão emitidas, inicialmente, 125.000 (cento e vinte e cinco mil) Notas Comerciais, observado que a quantidade de Notas Comerciais poderá ser diminuída em razão do não exercício ou do exercício parcial da Opção de Lote Adicional (conforme abaixo definido), observada a quantidade mínima de 100.000 (cem mil) Notas Comerciais, correspondente à R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) na Data de Emissão, as quais deverão ser subscritas e integralizadas em relação aos respectivos CRI, nos termos do Termo de Securitização ("Montante Mínimo"), nos termos previstos no Termo de Emissão; (iv) **Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de, inicialmente, R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"), observado que o Valor Total da Emissão poderá ser diminuído em razão do não exercício ou do exercício parcial da Opção de Lote Adicional, observado o Montante Mínimo, nos termos previstos no Termo de Emissão; (v) **Número de Séries:** A Emissão será realizada em até duas séries, em Sistema de Vasos Comunicantes (conforme definido no Termo de Emissão), sendo as Notas Comerciais da 1ª (primeira) série as "Notas Comerciais D1" e as Notas Comerciais da 2ª (segunda) série as "Notas Comerciais Pré"; (vi) **Procedimento de Bookbuilding dos CRI:** O Coordenador Líder organizará procedimento de coleta de intenções de investimento dos CRI, com recebimento de reservas durante o período de reservas a ser indicado no prospecto da Oferta, pelo Coordenador Líder e nos Documentos da Operação de Securitização, nos termos dos artigos 61 e 62 da Resolução CVM 160, inexistindo lotes máximos ou mínimos ("Procedimento de Bookbuilding"), para definição (a) do número de séries da emissão dos CRI e, consequentemente, do número de séries da emissão das Notas Comerciais, conforme Sistema de Vasos Comunicantes, ressalvado que qualquer uma das séries dos CRI e, consequentemente, das Notas Comerciais poderá ser cancelada, conforme resultado do Procedimento de Bookbuilding; e (b) da quantidade e do volume final da emissão dos CRI a serem emitidos e, consequentemente, da quantidade e do volume final das Notas Comerciais a serem emitidas; (vii) **Possibilidade de Ágio ou Deságio na Integralização das Notas Comerciais:** As Notas Comerciais poderão ser integralizadas com ágio ou deságio, conforme definido pelo Coordenador Líder e observada a respectiva integralização do CRI, utilizando-se até 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Notas Comerciais da respectiva série, integralizadas em uma mesma data de integralização, observado o disposto no Contrato de Distribuição (conforme definido no Termo de Emissão). O ágio ou o deságio, conforme o caso, será aplicado em função de condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: (a) alteração na taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa SELIC"); (b) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (c) alteração na remuneração do IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; (d) alteração material na curva de juros DI x pré, construída a partir dos preços de ajustes dos vencimentos do contrato futuro de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia, negociados na B3; ou (e) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (notas comerciais, debêntures, CRIs, CRAs) divulgadas pela ANBIMA. Neste caso, a diferença de valores na integralização das Notas Comerciais com deságio será descontada diretamente do comissionamento devido ao Coordenador Líder, nos termos do Contrato de Distribuição, sendo certo que referido deságio ficará sempre limitado ao valor total do comissionamento devido ao Coordenador Líder, de forma que a Companhia receberá os recursos decorrentes da integralização das Notas Comerciais como se o deságio não tivesse ocorrido; (viii) **Opção de Lote Adicional:** Significa a opção da Companhia, em comum acordo com o Coordenador Líder, de aumentar, total ou parcialmente, a quantidade de CRI inicialmente ofertada, em até 25% (vinte e cinco por cento), ou seja, em até 25.000 (vinte e cinco mil) CRI, equivalente a, na Data de Emissão, a R\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de reais), totalizando até R\$ 125.000.000,00 (cento e vinte e cinco milhões de reais), nas mesmas condições dos CRI inicialmente ofertados, nos termos do artigo 50 da Resolução CVM 160 ("Opção de Lote Adicional"); (ix) **Data de Emissão:** a ser definida no Termo de Emissão; (x) **Data de Vencimento e Prazo:** a serem definidas no Termo de Emissão, sendo certo que a Emissão terá o prazo de aproximadamente 3 (três) anos; (xi) **Atualização Monetária:** o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, não será atualizado monetariamente; (xii) **Remuneração:** (a) **Remuneração das Notas Comerciais D1:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais D1 ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais D1, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100,50% (cem inteiros e cinquenta centésimos por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra-grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, no informativo diário disponível em sua página na Internet ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) ("Taxa DI") ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização das Notas Comerciais D1 (conforme definido no Termo de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais D1 (conforme definida no Termo de Emissão) imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (exclusive) ("Remuneração D1"); (b) **Remuneração das Notas Comerciais Pré:** Sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Pré ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Pré, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de Bookbuilding e, em qualquer caso, limitada à maior taxa entre: (a) o percentual equivalente à Taxa DI baseada na curva Pré x DI equivalente ao vértice com vencimento em janeiro de 2029, divulgada pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 ("B3") em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) e conforme apurada no fechamento do Dia Útil da data de realização do Procedimento de Bookbuilding sem acréscimo de qualquer sobretaxa; ou (b) 13,75% (treze inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Pré, desde a Primeira Data de Integralização das Notas Comerciais Pré ou a Data de Pagamento da Remuneração das Notas Comerciais Pré imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, e pagos ao final de cada Período de Capitalização (conforme definido no Termo de Emissão) ("Remuneração Pré" e, em conjunto com a Remuneração D1, "Remuneração") (xiii) **Forma e Cronograma de Pagamento do Valor Nominal:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Notas Comerciais e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Notas Comerciais, nos termos previstos no Termo de Emissão, o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais, conforme o caso, será amortizado conforme cronograma de pagamentos a ser definido no Termo de Emissão; (xiv) **Forma de Pagamento da Remuneração:** A Remuneração será paga conforme cronograma de pagamentos a ser definido no Termo de Emissão; (xv) **Resgate Antecipado Facultativo Total – Evento Tributário:** A Companhia poderá realizar o resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais na ocorrência de um Evento de Retenção de Tributos (conforme definido no Termo de Emissão), nos termos do Termo de Emissão; (xvi) **Resgate Antecipado Facultativo Total:** Sujeito ao atendimento das condições previstas no Termo de Emissão, a Companhia poderá, a partir de 30 de abril de 2027, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Securitizadora e, consequentemente, dos titulares de CRI, realizar o resgate antecipado facultativo da totalidade das Notas Comerciais ou da totalidade das Notas Comerciais de determinada série, sendo vedado o resgate parcial, observados os termos de resgate antecipado facultativo total previstos no Termo de Emissão; (xvii) **Amortização Extraordinária Facultativa:** Sujeito ao atendimento das condições previstas no Termo de Emissão, a Companhia poderá, a partir de 30 de abril de 2027, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade da Securitizadora e, consequentemente, dos titulares de CRI ou dos titulares de CRI da respectiva série, conforme o caso, realizar a amortização extraordinária facultativa da totalidade das Notas Comerciais ou das Notas Comerciais de determinada série, limitado a 98% (noventa e oito por cento) do respectivo Valor Nominal Unitário ou do respectivo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, observados os termos de amortização extraordinária previstos no Termo de Emissão; (xviii) **Oferta Facultativa de Resgate Antecipado:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, oferta facultativa de resgate antecipado da totalidade das Notas Comerciais de determinada série, com o consequente cancelamento das Notas Comerciais que aderirem à referida oferta, que será endereçada à Securitizadora, observados os termos de oferta facultativa de resgate antecipado previstos no Termo de Emissão; (xix) **Vencimento Antecipado:** Sujeito ao que será disposto no Termo de Emissão, a Securitizadora deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Notas Comerciais, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais D1, acrescido da Remuneração D1 ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Notas Comerciais Pré, acrescido da Remuneração Pré, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização (conforme definido no Termo de Emissão) ou a Data de Pagamento da Remuneração (conforme definido no Termo de Emissão) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos no Termo de Emissão (cada evento, um "Evento de Inadimplimento"); (xx) **Demais Características das Notas Comerciais:** As demais características das Notas Comerciais serão aquelas especificadas no Termo de Emissão; e (xxi) **Termos Definidos:** Os termos definidos em letra maiúscula e utilizados nesta ata, que não estejam aqui definidos, terão o significado a eles atribuído no Termo de Emissão e/ou no Termo de Securitização. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11697516 em 06/04/2026 da Empresa MELNICK DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO S.A., CNPJ 12181987000177 e protocolo 261323474 - 31/03/2026. Autenticação: D3474E9EBE9BF76EA73ACB4D-9F2E3E7A5A756. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

# PUBLICIDADE LEGAL

**Recrusul S/A** Companhia Aberta CNPJ n. 91.333.666/0001-17 NIRE 43.300.005.003  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Convidamos os Senhores Acionistas a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 30 de abril de 2026, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Avenida das Indústrias n° 972, em Porto Alegre, RS, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em regime ordinário** (1) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; e, (2) deliberação sobre a fixação do número exato de membros que irá compor o conselho de administração; e, (3) eleger os membros do Conselho de Administração, bem como o Presidente e Vice-Presidente do órgão, e (4) fixar o montante da remuneração dos administradores. **INFORMAÇÕES GERAIS:** 1 - Realizaremos a Assembleia de forma presencial em função do histórico de assembleias anteriores. Para a Companhia, a assembleia presencial é relevante porque permite a aproximação entre os acionistas, e dos acionistas com a administração. Nos anos em que as assembleias foram obrigatoriamente realizadas de modo digital, não houve participação de outros acionistas, exceto dos que costumam comparecer presencialmente na sede da Companhia. Desta forma, não disponibilizaremos o boletim de voto a distância, a menos que requisitados por acionistas titulares de 0,5% (meio por cento) do capital social, nos termos do art. 30-A (indicação expressa prevista no art. 5º, inciso IV da Resolução CVM nº 81/22). 2 - Para participar e votar na Assembleia os acionistas deverão observar o seguinte: (a) apresentar documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia, expedido pela instituição financeira depositária, ou, se for o caso, pelo custodiante, em ambos os casos nos últimos 5 (cinco) dias; (b) caso o acionista seja representado por procurador, este deverá estar constituído há menos de um ano, ser acionista, administrador da companhia, advogado ou instituição financeira, cabendo ao administrador de fundos de investimento representar seus condôminos; (c) apresentar os atos constitutivos dos acionistas pessoas jurídicas e os documentos comprobatórios da regularidade da representação destas pelos signatários das procurações; 3 - Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário ao pedido de instalação do Conselho Fiscal (previsto no art. 5º, inciso I-A da Resolução CVM nº 81/22) é de 2% (dois por cento) das ações com direito à voto e de 1% (um por cento) das ações sem direito a voto. 4 - Informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). 5 - Caso, por motivo de força maior, a assembleia não seja realizada no endereço onde a companhia tem sede, o local em que a assembleia será realizada será na cidade de Sapucaia do Sul - RS, na rua Tropeiros, 1276 Bairro Pasqualini. 6 - Os documentos relativos às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia, incluindo a proposta da administração e demais informações exigidas pela Resolução CVM nº 81/22, encontram-se nos websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e de relações com investidores da Companhia <https://www.recrusul.com.br/investidores>. Tais documentos encontram-se disponíveis também, desde a referida data, na sede da Companhia, conforme exigido pelo artigo 133 da Lei nº 6.404/76.

Porto Alegre, RS, 08 de abril de 2026. **BERNARDO FLORES** - Presidente do Conselho de Administração

CONTEÚDO, ANÁLISES E PODCASTS.

**TUDO AO SEU ALCANCE,  
NO SEU TEMPO.**

Baixe o App e conecte-se  
à informação com apenas um clique!



**Jornal do Comércio**  
O jornal de economia e negócios do RS

# LECHLER DO BRASIL S/A

CNPJ nº 05.457.421/0001-60 – NIRE 43 3 0005758 5

**Relatório da Administração:** Atendendo às exigências aplicáveis a administração, submeto à apreciação dos senhores as Demonstrações Contábeis da LECHLER DO BRASIL S/A referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, incluindo o relatório dos auditores independentes. Paraí - RS, 26 de março de 2026. Aram Manoukian - Diretor Presidente.

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

Balanco Patrimonial - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em reais)

ATIVO	Nota	2025	2024	PASSIVO	Nota	2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa.....	4	23.850.518	25.404.789	Fornecedores.....	13	18.647.479	19.604.296
Contas a receber.....	5	16.879.271	17.678.770	Obrigações sociais e Trabalhistas.....	14	2.728.331	2.280.470
Estoques.....	6	45.784.213	38.326.352	Obrigações fiscais.....	15	2.778.796	4.922.386
Impostos a recuperar.....	7	1.515.706	795.742	Comissões a pagar.....	16	3.963.708	3.490.553
Adiantamentos.....	8	800.076	2.508.198	Contas a pagar.....		813.204	94.032
Despesas do Exercício Seguinte.....		48.322	83.005			<b>28.931.518</b>	<b>30.391.737</b>
		<b>88.878.106</b>	<b>84.796.856</b>				
<b>Não Circulante</b>				<b>Não Circulante</b>			
Outros créditos.....		88.082	54.000	Empréstimos e financiamentos.....	12	22.948.416	25.755.625
Impostos diferidos.....	9	2.970.682	2.778.646	Impostos diferidos.....	9	2.825.591	589.913
Investimentos.....	10	294.390	263.473			<b>25.774.007</b>	<b>26.345.538</b>
Imobilizado.....	11	30.711.222	28.567.296	<b>Patrimônio Líquido</b> .....	17	14.622.800	14.622.800
Intangível.....		425.729	346.532	Capital social.....		2.675.956	2.251.299
		<b>34.490.105</b>	<b>32.009.947</b>	Reserva Legal.....		1.354.159	46.060
				Ajuste de avaliação patrimonial.....		1.469.583	1.469.583
				Reserva Subvenção.....		48.540.188	41.679.786
				Reserva de Lucros.....		<b>68.662.686</b>	<b>60.069.528</b>
<b>Total do ativo</b> .....		<b>123.368.211</b>	<b>116.806.803</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b> .....		<b>123.368.211</b>	<b>116.806.803</b>

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Sub./Invest.	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reserva de Lucros	Lucros Acumulados	Total
<b>Saldos em 31/12/2023</b> .....	<b>14.622.800</b>	<b>1.630.967</b>	<b>1.469.583</b>	<b>109.459</b>	<b>29.830.093</b>	<b>-</b>	<b>47.662.902</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	12.406.626	12.406.626
Realiz. do ajuste de aval. patrimonial.....	-	-	-	(63.399)	63.399	-	-
Destinação reserva legal.....	-	620.332	-	-	(620.332)	-	-
Destinação reserva de lucros.....	-	-	-	-	12.406.626	(12.406.626)	-
<b>Saldos em 31/12/2024</b> .....	<b>14.622.800</b>	<b>2.251.299</b>	<b>1.469.583</b>	<b>46.060</b>	<b>41.679.786</b>	<b>-</b>	<b>60.069.528</b>
Lucro líquido do exercício.....	-	-	-	-	-	8.493.133	8.493.133
Rev. das deprec. dos bens reav. ....	-	-	-	1.308.099	(1.208.074)	-	100.025
Destinação reserva legal.....	-	424.657	-	-	(424.657)	-	-
Destinação reserva de lucros.....	-	-	-	-	8.493.133	(8.493.133)	-
<b>Saldos em 31/12/2025</b> .....	<b>14.622.800</b>	<b>2.675.956</b>	<b>1.469.583</b>	<b>1.354.159</b>	<b>48.540.188</b>	<b>-</b>	<b>68.662.686</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

### Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em reais)

**1. Contexto operacional:** A LECHLER DO BRASIL S/A., com sede à Rua Sílvio Paludo, 10, Distrito Industrial IV, Bairro São Lucas, na cidade de Paraí, RS, tem por objeto social: importação, exportação, industrialização, distribuição e comércio de matéria-prima e produtos semiacabados utilizados na fabricação de tintas para indústria moveleira, industrial, automotiva e predial; importação de matérias primas e produtos prontos para destinação industrial; representação comercial de Companhias nacionais ou estrangeiras por conta própria ou de terceiros; o desenvolvimento e assistência técnica de seladores, tingidores, primers, vernizes e soluções de acabamento para pintura de móveis; atividade de Transporte rodoviário de cargas intermunicipal e interestadual; armazenagem em geral; e participação em outras sociedades afins, no Brasil ou exterior, como sócia ou acionista, podendo adquirir, alienar ou transferir para qualquer fim e a qualquer título as próprias participações, desde que autorizada pela maioria do capital social.

**2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descritos nas práticas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela administração da Companhia em 26 de março de 2026. **2.1. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.2. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

**3. Principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia nessas demonstrações financeiras estão descritas abaixo e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma, são elas: **a. Moeda estrangeira:** Transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional pelas taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. As transações que se encontram em aberto ao final do exercício são atualizadas pelas respectivas taxas de câmbio fixadas naquela data. Os ganhos ou perdas cambiais oriundas da conversão ou atualização de moeda estrangeira são reconhecidas no resultado do exercício. **b. Instrumentos financeiros:** Os ativos e os passivos financeiros são contabilizados na data das transações e classificadas de acordo com a finalidade para que foram adquiridos ou contratados, sendo classificados nas seguintes categorias: aplicações financeiras, empréstimos, recebíveis derivativos e outros. **b.1. Ativos financeiros não derivativos:** A administração reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro deixa de ser reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro e uma transação, na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retirada pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. A Companhia possui aplicações financeiras e recebíveis como ativos financeiros não derivativos. Recebíveis são ativos financeiros com pagamento fixo ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, acrescido de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos. **b.2. Passivos financeiros não derivativos:** Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Um passivo financeiro é baixado quando as obrigações contratuais são retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no Balanço Patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia possui os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transações atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **c. Caixa e equivalente de caixa:** Compreendem os saldos de dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista e aplicações financeiras. As aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do balanço patrimonial e possuem liquidez imediata. **d. Contas a receber clientes:** As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor da transação menos estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa. Uma estimativa de perdas com crédito de liquidação duvidosa é calculada e constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não receberá todos os valores devidos de acordo com as condições originais das contas a receber. **e. Estoques:** Os estoques de mercadorias, materiais e materiais de consumo estão demonstrados pelo custo conforme critério de valorização determinado pelas regras fiscais e não excedem o valor líquido de realização. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Em caso de perda por desvalorização, esta é imediatamente reconhecida no resultado. **f. Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil determinada pela legislação fiscal. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos.....	10 anos
Edificações.....	25 anos
Veículos.....	5 anos
Móveis e utensílios.....	10 anos
Equipamentos de informática.....	5 anos
Instalações.....	25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **g. Redução de valor recuperável de ativos:** Administração analisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Quando essa evidência é identificada e o valor líquido contábil excede o valor recuperável, uma estimativa para redução ao valor recuperável do item é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável, que é maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. **h. Empréstimos e Financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação, ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação. São demonstrados pelo custo amortizado, mais variações cambiais. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros e variações cambiais são incluídos em despesas financeiras. **i. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são reconhecidas pelo valor da transação e pelo valor justo, conforme a transação, ajustado ao valor presente, quando relevante. **j. Demais ativos, passivos, circulantes e não circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros são gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando existir uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo no futuro. **k. Segregação entre circulante e não circulante:** As operações ativas e passivas com vencimentos inferiores a 360 dias estão registradas no circulante e as com prazos superiores no não circulante. **l. Reconhecimento de Receitas:** A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceitos pelos clientes em suas instalações. A receita é mensurada pelo valor justo

da contrapartida recebida ou a receber, líquida de descontos, abatimentos, devoluções e impostos incidentes. Geralmente as receitas são reconhecidas no resultado pelo montante equivalente ao valor das notas fiscais emitidas. A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva. As demais receitas de variações cambiais ativas são sempre reconhecidas pelo regime de competência. **m. Imposto de Renda e Contribuição Social:** As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado. Os encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas até a data do balanço. Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de Imposto de Renda com relação as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. A Companhia é tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a Contribuição Social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% sobre o excedente a R\$240.000,00 para o imposto de renda e de 9% para a Contribuição Social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação vigente. **n. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuadas da seguinte forma: ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação, ou quando há garantias reais, ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente, levando-se em conta a opinião jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento de tribunais, entre outras análises da administração, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não são provisionados nem divulgados nas notas explicativas.

**4. Caixa e equivalentes de caixa:**

	31/12/2025	31/12/2024
Caixa Matriz.....	6.543	12.291
Bancos conta corrente.....	10.525.291	13.450.695
Aplicações Financeiras.....	13.318.684	11.941.803
<b>Total</b> .....	<b>23.850.518</b>	<b>25.404.789</b>

As aplicações financeiras foram realizadas em bancos de primeira linha, com liquidez imediata, sem risco de redução de valor, com remuneração de 100% da SELIC.

**5. Clientes:** A composição do saldo de clientes em aberto e créditos a receber por vencimento está assim demonstrada:

	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber mercado interno.....	17.728.640	18.578.770
Contas a receber mercado externo.....	50.631	-
(-) Provisão para perdas estimadas.....	(900.000)	(900.000)
	<b>16.879.271</b>	<b>17.678.770</b>

5.a) A análise de vencimento dessas contas a receber está assim apresentada:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer.....	16.560.835	17.018.479
Vencidos		
Até 90 dias.....	223.875	178.596
De 90 a 180 dias.....	38.938	32.337
De 181 a 360 dias.....	955.623	741.173
<b>Total</b> .....	<b>17.779.271</b>	<b>17.970.585</b>
(-) Provisão para perdas estimadas.....	(900.000)	(900.000)
	<b>16.879.271</b>	<b>17.070.585</b>

A movimentação da provisão para riscos de crédito está demonstrada abaixo:

	31/12/2025	31/12/2024
<b>Saldo em 31/12/2022</b> .....	<b>(550.000)</b>	<b>(270.125)</b>
Créditos provisionados no exercício.....	249.800	54.990
Reversão da provisão.....	(770.000)	(900.000)
<b>Saldo em 31/12/2023</b> .....	<b>(900.000)</b>	<b>(770.000)</b>
Créditos provisionados no exercício.....	900.000	900.000
Reversão da provisão.....	(900.000)	(900.000)
<b>Saldo em 31/12/2024</b> .....	<b>(900.000)</b>	<b>(900.000)</b>
Créditos provisionados no exercício.....	900.000	900.000
<b>Saldo em 31/12/2025</b> .....	<b>(900.000)</b>	<b>(900.000)</b>

**6. Estoques:**

	31/12/2025	31/12/2024
Matéria Prima.....	14.065.133	14.552.163
Produtos em Elaboração.....	6.437.162	6.008.768
Produtos Acabados.....	24.631.535	18.365.087
Embalagens.....	2.090.442	1.388.784
Materiais de Marketing.....	2.009.941	1.521.970
<b>Total</b> .....	<b>33.450.000</b>	<b>(33.510.420)</b>
(-) Perdas estimadas em Estoques.....	<b>45.784.213</b>	<b>38.326.352</b>

A Administração da Companhia revisa periodicamente seus estoques e constitui provisão para perda, quando necessário, de itens sem expectativa de realização, giro lento ou obsoletos. Em 31 de dezembro de 2025 houve a necessidade de registrar provisão no total de R\$ 3.450.000 (R\$ 3.510.420 em 31/12/2024). Parte do valor dos produtos acabados da filial SP encontra-se em Depósito Externo Armazém Geral (valor de R\$ 2.374.034,00 em 31/12/2025).

**7. Tributos a recuperar:**

	31/12/2025	31/12/2024
ICMS a recuperar.....	1.265.398	549.299
IRPJ a recuperar.....	238.942	246.401
Imposto de Renda a recuperar.....	11.365	-
Outros impostos a recuperar.....	-	42
<b>Total</b> .....	<b>1.515.705</b>	<b>795.742</b>

**8. Adiantamentos:**

	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamento a fornecedores.....	609.638	1.653.406
Adiantamento a funcionários.....	187.306	178.474
Outros adiantamentos.....	3.132	676.318
<b>Total</b> .....	<b>800.076</b>	<b>2.508.198</b>

**9. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos referem-se se prejuízos fiscais e base negativa para contribuição social, cuja realização seja provável com base em projeções de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos projetados que podem, portanto, sofrer alterações. As diferenças temporárias dedutíveis não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente.

	31/12/2025	31/12/2024
Tributo diferido ativo.....	2.970.683	2.778.646
Tributo diferido passivo.....	(2.825.591)	(589.913)
<b>Total</b> .....	<b>145.092</b>	<b>2.188.733</b>

**a. Ativo**

	31/12/2025	31/12/2024
Perdas estimadas com clientes.....	900.000	900.000
Perdas estimadas com estoques.....	3.450.000	3.510.420
Provisão de Bônus a Funcionários.....	878.138	707.009
Provisão representantess.....	3.509.166	3.055.061
<b>Base de cálculo</b> .....	<b>8.737.304</b>	<b>8.172.490</b>
IRPJ alíquota 25%.....	2.184.326	2.043.123
CSLL alíquota 9%.....	786.357	735.524
<b>Total</b> .....	<b>2.970.683</b>	<b>2.778.648</b>

O ativo fiscal diferido realizar-se-á pela compensação de sua base, limitada a 30% dos lucros tributáveis nos exercícios subsequentes. Anualmente a administração avalia a expectativa de lucros tributáveis futuros e, consequentemente, procede os ajustes necessários para trazer o valor dos referidos créditos registrados ao seu valor provável de realização.

## Demonstração do Resultado

	Nota	2025	2024
Receitas operacionais líquidas.....	18	132.611.406	128.719.380
Custo dos produtos e serviços vendidos.....	19	(71.772.868)	(65.673.127)
<b>Lucro bruto</b> .....		<b>60.838.537</b>	<b>63.046.253</b>
<b>Despesas operacionais</b>			
Despesas comerciais e de suporte.....	19	(34.908.679)	(30.432.919)
Despesas administrativas.....	19	(10.979.087)	(9.520.384)
Outras receitas ou despesas operacionais.....	20	629.517	4.520.674
		<b>(45.258.248)</b>	<b>(35.432.629)</b>
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b> .....		<b>15.580.289</b>	<b>27.613.624</b>
<b>Resultado financeiro</b>			
Receitas financeiras.....	21	2.240.733	1.546.108
Despesas financeiras.....	21	(1.630.154)	(8.156.642)
		<b>610.579</b>	<b>(6.610.534)</b>

**Lucro antes do imposto de renda e contribuição social**..... **16.190.868** **21.003.090**

**Imposto de renda e contribuição social**

Imposto de renda e contribuição social, diferido..... 9 (2.331.778) 271.633

Imposto de renda e contribuição social, corrente..... 9 (5.365.957) (8.868.097)

**Lucro líquido do exercício**..... **8.493.133** **12.406.626**

**Demonstração do Resultado Abrangente**

	2025	2024
<b>Lucro líquido do exercício</b> .....	<b>8.493</b>	

LECHLER DO BRASIL S/A		Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras - Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (valores expressos em reais)	
<b>17. Patrimônio líquido: a) Capital Social:</b> O Capital Social é de R\$ 14.880.000,00 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta mil reais) com capital a integralizar de R\$ 257.200,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e duzentos reais). Composto 14.880.000 (quatorze milhões, oitocentos e oitenta mil) ações, sem valor nominal. <b>b) Reserva legal:</b> O fundo de reserva legal de R\$ 2.675.956 (R\$2.251.299 em 2024) refere-se à destinação de 5% do lucro líquido, até atingir o limite de 20% do capital social. <b>c) Reserva de subvenção de investimento:</b> A reserva de subvenção de investimento de R\$ 1.469.583 (R\$ 1.469.583 em 2024) é constituída a partir dos incentivos obtidos no FUNDOPEM. Os encargos do FUNDOPEM estão apropriados pelo regime de competência, conforme taxas estabelecidas no contrato. A Companhia está enquadrada no Projeto INTEGRAR/RS, assim, por ocasião dos pagamentos nos prazos estabelecidos faz jus a um desconto de 45% sobre o valor de cada parcela do financiamento, inclusive juros e atualização monetária. <b>d) Ajuste de avaliação patrimonial:</b> O saldo de R\$ 1.354.159 em 2025 (R\$ 46.060 em 2024) refere-se ao registro de avaliação patrimonial líquido dos efeitos tributários de R\$ 1.308.099 em 2025 (R\$ 63.399 em 2024), registrados no patrimônio líquido, sendo que no atual exercício foi realizada a revisão das depreciações dos bens reavaliados que impactou positivamente no saldo da conta em 31/12/2025. <b>e) Reserva de lucros:</b> O saldo de R\$ 48.540.188 (R\$ 41.679.786 em 2024) refere-se ao saldo acumulado de lucros contábeis.			
<b>18. Receita operacional líquida:</b>			
Vendas de Produtos	31/12/2025	31/12/2024	
Vendas de Máquinas e Equipamentos	165.462.263	161.080.707	
Revenda de Mercadorias	2.856.810	2.759.987	
VENDAS EXTERIOR	19.795	-	
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	<b>168.338.868</b>	<b>163.846.863</b>	
(-) Tributos sobre a receita (ICMS, IPI, PIS, COFINS)	(35.727.408)	(35.125.449)	
(-) Devoluções e abatimentos	(54)	(2.034)	
<b>(-) Deduções da Receita</b>	<b>(35.727.462)</b>	<b>(35.127.483)</b>	
<b>Receitas Operacionais Líquidas</b>	<b>132.611.406</b>	<b>128.719.380</b>	
<b>19. Despesas operacionais:</b> As despesas operacionais, demonstradas por natureza, apresentam a seguinte composição:			
Custo das mercadorias e serviços prestados	31/12/2025	31/12/2024	
Despesas de pessoal	(71.772.867)	(65.673.126)	
Despesas gerais e administrativas	(14.923.255)	(13.047.597)	
	(30.964.512)	(26.905.707)	
<b>Total</b>	<b>(117.660.634)</b>	<b>(105.626.430)</b>	
<b>20. Outras despesas e receitas operacionais:</b>			
Vendas e alienação de ativos	(48.622)	(1.532)	
Reversão de provisões	365.407	5.473.660	
Realização provisões para perdas	60.420	(1.090.420)	
Ajustes de créditos tributários	252.312	138.966	
<b>Total</b>	<b>629.517</b>	<b>4.520.674</b>	
<b>21. Resultado financeiro:</b>			
<b>Receita financeira</b>			
Varição cambial ativa	476.587	47.071	
Juros recebidos	1.761.786	1.498.836	
Descontos obtidos	2.360	18	
Outras receitas financeiras	-	184	
<b>Total</b>	<b>2.240.733</b>	<b>1.546.109</b>	
<b>Despesa financeira:</b>			
Varição cambial passiva	(591.715)	(6.675.004)	
Juros operacionais	(891.002)	(1.322.140)	
Despesas bancárias	(146.961)	(155.812)	
Descontos concedidos	(476)	(3.627)	
Outras despesas financeiras	-	(60)	
<b>Total</b>	<b>(1.630.154)</b>	<b>(8.156.643)</b>	
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>610.579</b>	<b>(6.610.534)</b>	
<b>22. Gestão de riscos:</b> Os principais fatores de risco, os quais a Companhia está exposta, são riscos financeiros e operacionais, incluindo risco de mercado, taxa de juros, crédito e risco de liquidez. Esses riscos são inerentes às suas atividades e são administrados por meio de políticas e controles internos. O gerenciamento dos riscos é feito pela Administração da Companhia no sentido de minimizá-los, mediante estratégias de posições financeiras e sistemas de controles internos. <b>a) Gestão de capital:</b> Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade das operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. <b>b) Riscos financeiros e de mercado: Risco de taxa de juros:</b> A Companhia possui mútuo contratado em moeda estrangeira subordinado a taxa de juros vinculada a indexador, Euribor. O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. <b>Risco de crédito:</b> A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais refletidas no balanço patrimonial em contas a receber e outros créditos a receber, vide nota 5. Além disso, são realizadas avaliações constantes da situação econômico-financeira de cada cliente e para os casos que apresentem maiores riscos são realizados ajustes de limites ou tratativas particulares. A Companhia também está sujeita a riscos de crédito relacionadas a operações que mantêm em instituições financeiras representado por depósitos bancários e aplicações financeiras. A Administração considera o risco baixo pois as operações são realizadas em bancos de primeira linha e existem políticas de tesouraria com limites específicos de alocação de recursos. <b>Risco de liquidez:</b> A previsão de fluxo de caixa é realizada pela Administração. Esta área monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais da Companhia. <b>Risco de mercado:</b> Riscos de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. Como a exposição líquida ao risco cambial está relacionada à estimativa de fluxos de caixa futuros e pagamentos de mercadorias importadas a prazo, posteriormente ao seu registro no estoque, a Companhia ajusta a composição de preços nas vendas de seus produtos para compensar o impacto de uma possível valorização nas cotações das moedas estrangeiras nos custos. Para mitigar a exposição líquida dos pedidos de mercadorias importadas, observando a política de gestão de risco cambial, a Administração acompanha as projeções e cenários esperados para as taxas de câmbio das moedas estrangeiras. <b>Risco de moeda:</b> A Companhia está sujeita ao risco de moeda nas compras dos estoques e empréstimos e financiamentos denominados em uma moeda diferente da sua moeda funcional, o Real (R\$). A moeda na qual essas transações são denominadas principalmente é o Euro. Com relação a outros ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, a Companhia garante que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, para tratar instabilidades de curto prazo. <b>23. Seguros (não auditado):</b> Administração adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cujas coberturas são consideradas suficientes pela administração e agentes seguradores para fazer face as ocorrências de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.			
<b>ARAM MANOUKIAN</b> Diretor Presidente - CPF 076.971.241-06		<b>CLAUDIA BOITO</b> Diretora Geral - CPF 715.260.800-87	
<b>FABIELA GHISSONI KEIL - Contadora - CRC-RS sob o nº RS-079625/O</b>			

# Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco na informação e decida com confiança.



**ENTRE EM CONTATO E ASSINE**

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br